

# PANORAMA DOS PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS DOS ALUNOS VENEZUELANOS QUE RESIDEM NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Henrique Vieira de Jesus Santos\*

## RESUMO

A migração de venezuelanos para o Brasil tem sido constante nos últimos anos e tem refletido bastante nos indicadores educacionais da região norte do Brasil. Com o intuito de elaborar um panorama com diversas informações de alunos venezuelanos matriculados na região norte do país, foi realizada uma revisão na literatura para se entender o contexto migratório no Brasil e a situação da Venezuela nos últimos anos que culminou na alta da imigração para estados como Roraima e Amazonas. Documentos da legislação que regem a migração no país também foram utilizados para se entender o tratamento que a lei brasileira tem com os imigrantes. Para cálculo dos indicadores, foram utilizados os dados do Censo Escolar da Educação Básico coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Com o panorama foi possível identificar quais locais realizaram mais matrículas de alunos venezuelanos, etapas de ensino em que estão mais concentrados e o perfil dos estudantes. Tais informações servem como base para indicar a necessidade da formulação de uma política pública para educação de estrangeiros que amenize e resolva as diversas dificuldades enfrentadas por esses alunos, muitas delas relacionadas à aprendizagem.

Palavras-chave: Migração. Indicador. Educação.

## ABSTRACT

The migration of Venezuelans to Brazil has been constant in recent years and it has reflected in educational indicators in the northern region of Brazil. In order to develop a panorama with various information from Venezuelan students enrolled in the northern region of the country, a literature review was carried out to understand the migratory context in Brazil and the situation in Venezuela in recent years, which culminated in the rise of immigration to states such as Roraima and Amazonas. Legislation documents governing migration in the country were also used to understand the treatment that Brazilian law has with immigrants. For calculating the indicators, data from the Basic Education School Census collected by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep) were used. With the panorama, it was possible to identify which places had the most enrollments of Venezuelan students, teaching stages in which they are most concentrated and the profile of the students. Such information serves as a basis to indicate the need to formulate a public policy for the education of foreigners that alleviates and resolves the various difficulties faced by these students, many of them related to learning.

Keywords: Migration. Indicator. Education

Submetido em 14/03/2021. Aprovado em 27/03/2021.

## 1 INTRODUÇÃO

---

\* Henrique Vieira é técnico em informações educacionais no Inep e trabalha diretamente com a coleta de dados do Censo Escolar desde 2013, mesmo ano que ingressou no instituto.

A Constituição Federal do Brasil junto com o Estatuto da Criança (ECA) e outros documentos normativos da educação brasileira determina que estrangeiros têm direito ao acesso à educação da mesma forma que as crianças e os adolescentes nativos do país (INSTITUTO UNIBANCO, 2018). Conforme dados do Censo Escolar (INEP, 2019), entre 2015 e 2019, a região Norte do Brasil teve um aumento de 334% de alunos estrangeiros, sendo que a maior parte deste aumento ocorreu de 2018 para 2019 (104%).

Os artigos 5º e 6º da Constituição Federal afirmam que todos são iguais perante a lei e que a educação é um direito social para brasileiros e estrangeiros residentes no país (BRASIL, 1988). Já segundo o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta propriedade a efetivação dos direitos referentes à educação, sendo que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência ou discriminação (BRASIL, 1990).

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) afirma no artigo 3º que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996) e o artigo 44º da Lei dos Refugiados determina que o acesso às instituições acadêmicas por alunos refugiados deverá ser facilitado (BRASIL, 1997). A Lei da Migração (2017) afirma que o acesso do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos e educação é livre e igualitário. Além disso, ao migrante é garantido em todo território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida e à educação pública, sendo vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

Tendo como base as normativas acima elencadas visando prezar pela democratização e qualidade da educação pública oferecida no Brasil, pode-se refletir que esses pressupostos podem ser promovidos a partir do conhecimento efetivo das condições da rede de ensino. Nesse sentido, o Decreto nº 6.320/1930 estabelece que uma das atribuições do Ministério da Educação (MEC) é a de realizar avaliações e pesquisas educacionais. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão da administração indireta do MEC, é responsável pela organização e manutenção das informações e estatísticas educacionais (BRASIL, 1997).

Tendo como base esse cenário, o Censo da Educação Básica, realizado anualmente, pelo INEP, é o maior levantamento de dados escolares do país. É utilizado para distribuição de recursos feita pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), para programas governamentais na área da educação como Educação Integral, Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentar Escolar (PNAE) e outros, além de servir como base para diversos estudos educacionais. As informações escolares coletadas pelo levantamento envolvem dados de escolas, docentes, alunos e turmas. Por meio dos dados do Censo Escolar, é possível levantar diversas estatísticas de alunos como: nacionalidade, sexo, cor/raça, localização/zona de residência, idade e outros. Além desses, ainda é possível acompanhar a trajetória escolar de cada estudante por meio das informações de matrículas e situação aluno (aprovado, reprovado, abandono, etc.) em cada ano.

A grande imigração de venezuelanos para o Brasil nos últimos anos, bem como de alunos de outras nacionalidades pode ser fortemente evidenciada pelos indicadores educacionais. Com base nos dados que o Censo Escolar dispõe sobre os alunos estrangeiros no Brasil, a região norte registrou 20.447 alunos estrangeiros matriculados em 2019, sendo que em 2018 o número era bastante inferior (10.043). Uma análise mais detida desses dados permite apontar que este aumento se deve à ostensiva imigração de venezuelanos nos últimos anos para essa região brasileira.

Apesar de a legislação brasileira garantir o direito à educação para alunos brasileiros e de outras nacionalidades, não há um programa nacional que vise um atendimento diferenciado para alunos estrangeiros no que diz respeito ao ensino nas escolas. Ao ingressar nas escolas,

alunos podem enfrentar diversas dificuldades, muitas delas relacionadas a diferenças culturais ou a comunicação devido ao idioma. Assim, na educação para alunos estrangeiros, é fundamental conhecer que há barreiras que precisam ser tratadas desde a recepção nas escolas ao desenvolvimento das atividades e aplicação de avaliações, como por exemplo, as diferenças nos currículos escolares e a questão da língua materna. Além disso, é indispensável o entendimento de que o contexto social desses alunos pode estar distante dos demais e que isso implica diretamente no aprendizado e nos resultados que estes alunos terão em suas trajetórias escolares.

Este artigo visa, portanto, apresentar um panorama dos principais indicadores educacionais dos alunos estrangeiros que residem na região norte do Brasil, região que mais recebeu alunos estrangeiros vindos da Venezuela nos últimos anos. Serão apresentados indicadores relativos à educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA). Por meio do panorama, será possível refletir e levantar hipóteses sobre como a alta imigração nos últimos anos impactou nos indicadores educacionais relativos aos estudantes estrangeiros.

Dado o objetivo deste trabalho, construir um panorama educacional de estudantes estrangeiros na região norte do Brasil com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica, a metodologia foi, quanto aos fins, classificada como descritiva, justificando-se pelo intuito de discorrer sobre determinada população de estudantes. Quanto aos meios: pesquisa bibliográfica, usada para explorar o assunto e delimitar o trabalho, e pesquisa documental, para a coleta de documentos da legislação que falam sobre o direito à educação, artigos sobre educação para alunos estrangeiros e documentos que caracterizam os dados coletados no Censo da Educação Básica.

Na pesquisa documental, será utilizada a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Migração, A LDB e outros documentos relacionados ao Censo Escolar. Para conhecimento do contexto de alunos estrangeiros no país, será utilizado o artigo de Neto (2018) publicado na revista Nova Escola, que trata sobre a integração de alunos estrangeiros no Brasil. O texto também será apoiado por outro artigo da Nova Escola (2010) que trata sobre os desafios das escolas brasileiras com alunos imigrantes, pelo artigo da Aprendizagem em Foco (Instituto Unibanco, 2018), que trata do papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes e pelo trabalho realizado por Oliveira (2020), que aborda sobre o imigrante na política educacional brasileira, além de outros.

Na construção dos indicadores, serão utilizados os dados do Censo Escolar coletados no período de 2015 a 2019. No formulário de pessoa física (utilizado para coleta de dados de alunos, docentes e gestor escolar) há a informação de nacionalidade, a qual será utilizada para se fazer o filtro nos dados para se coletar apenas informações de alunos estrangeiros. Os indicadores elegidos para análise serão evolução do número de matrículas no período proposto nas unidades da federação localizadas na região norte, número de alunos por sexo, cor/raça e que apresentam alguma deficiência, número de alunos por nacionalidade e etapa de ensino, dentre outros. A partir dos dados, será possível uma análise mais profunda sobre a concentração de alunos estrangeiros, bem como possíveis necessidades que apresentam.

Este primeiro capítulo se destinou a apresentar o contexto do trabalho, bem como a justificativa e os objetivos que norteiam o desenvolvimento deste artigo. No Capítulo 2 será apresentado um referencial teórico sobre a imigração para o Brasil nos últimos anos e o contexto de imigração de venezuelanos.

Após apresentar o referencial teórico, no capítulo seguinte serão apresentados os dados de alunos venezuelanos na região norte do Brasil nos últimos cinco anos, conforme os indicadores calculados a partir dos dados da matrícula inicial, primeira fase do Censo Escolar, relacionando os dados com o referencial teórico proposto. Por fim, após o Capítulo 3, serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

## 2 CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

A migração é um fenômeno global que tem se acentuado nas últimas décadas no mundo, porém o Brasil parece pouco atento aos movimentos migratórios crescentes no país. A ausência de políticas e de mecanismos efetivos de acolhimento de imigrantes no território brasileiro denota a pouca atenção que se dá à chegada de estrangeiros (OLIVEIRA, 2020).

Na primeira década dos anos 2000, o Brasil registrou altas taxas de crescimento econômico na faixa dos 7% ao ano. Além disso, com um regime democrático consolidado, o país se tornou um destino atraente para imigrantes de países em desenvolvimento (RATIER, 2010). Segundo os dados da Polícia Federal, em 2010 foram registrados 17.188 registros de imigrantes de longo termo (tempo de residência superior a um ano) ou residentes. Já em 2019, houve 117.037 registros, ou seja, aumento de 580,9%. A partir destes dados, nota-se que a taxa de crescimento do número de imigrantes continuou a subir nos últimos anos, mesmo com diminuição nas taxas de crescimento econômico. O quadro a seguir apresenta o número de registros de imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada entre 2010 e 2019 por país de origem dos imigrantes.

Quadro 1 – Número de registros de imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada segundo principais países, 2010 a 2019

Pais de Nascimento	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	17188	25950	34409	64.061	75.412	73.328	70.363	74.552	108.049	117.037
Argentina	1222	1467	1910	2.615	3.680	3.560	3.766	3.318	1.885	981
Bolívia	4.493	6.645	6.227	7.156	4.955	5.223	4.925	5.739	7.741	4.661
China	523	794	1.642	3.906	4.382	5.379	6.028	5.405	2.015	1.318
Colômbia	1.142	1.286	1.815	2.252	2.779	2.718	2.464	4.631	8.050	5.419
Haiti	483	797	1.940	2.473	3.312	4.248	2.779	5.528	16.943	15.679
Paraguai	326	2.683	4.419	14.493	20.032	19.677	20.988	10.788	1.881	2.029
Peru	969	1.785	1.859	2.590	3.013	2.916	2.332	2.556	2.415	1.817
Senegal	27	63	232	1.193	1.930	2.819	317	607	351	291
Uruguai	530	616	725	1.043	1.302	1.703	1.759	2.034	4.346	3.109
Venezuela	197	220	263	383	701	1.297	3.943	15.326	49.267	70.653
Outros Países	7.276	9.594	13.377	25.957	29.326	23.788	21.062	18.620	13.155	11.080

Fonte: Observatório das Migrações Internacionais 2020

Conforme se observa a partir do Quadro 1, a maioria dos países com registro de imigração para o Brasil estão localizados na América do Sul, muitos deles inclusive fazem fronteira com o país. Entre 2010 e 2016, Bolívia e Paraguai lideravam como países com mais registros de imigrantes no Brasil, desconsiderando a soma de imigrantes vindos de outros países, conforme apresentado pelo quadro.

A Venezuela registrou entre 2017 e 2019 os maiores números de registros. Cabe destacar que entre 2016 e 2017 houve um aumento de 288% no número de registros de venezuelanos, evidenciando uma ostensiva imigração entre os dois anos. Nos anos seguintes, os aumentos foram ainda maiores em números absolutos: 33.941 registros a mais comparando 2018 com 2017 e 21.386 a mais comparando 2019 com 2018.

Uma justificativa para este aumento no número de imigrantes venezuelanos no Brasil se dá pela situação que se agravou na Venezuela após o fim do governo de Hugo Chavés. Entre 1999 e 2013, a Venezuela viveu anos de prosperidade econômica e social. Após este período, à medida que avançavam nacionalizações de empresas transnacionais e o Estado ampliava sua participação na economia, empresários capitalistas começaram a intensificar a disputa por espaço de poder com fortes mobilizações, buscando um cerco à economia da Venezuela. Em resposta, o governo deste país instaurou processo de perseguição aos líderes oposicionistas. As questões sociais deterioraram com a falta de recursos para investimentos nos programas de transferência de renda e também devido à escassez de alimentos e alta da inflação (OLIVEIRA, 2019). Com a intensificação de crises políticas, sociais e econômica, a

emigração internacional se tornou alternativa de sobrevivência para cerca de dois milhões de venezuelanos (PRESSE, 2018).

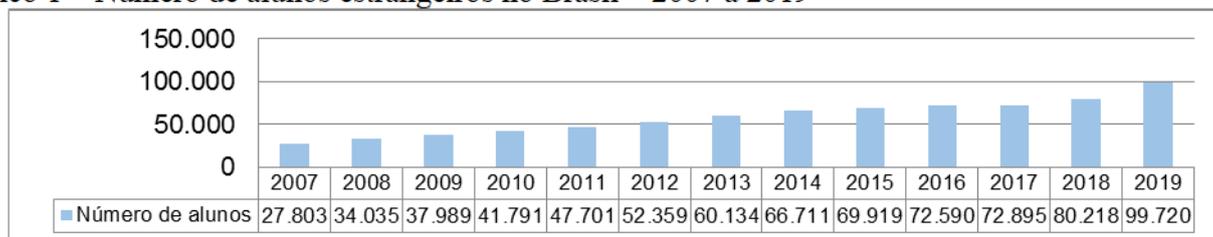
Até maio de 2017, no Brasil havia somente o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) que tratava das questões legais da política migratória do país. Este estatuto aprovado ainda no período do Regime Militar (1964-1985) em seu primeiro artigo revelava um caráter protetivo e nacionalista, impondo barreiras legais que restringiam a liberdade dos imigrantes no Brasil (OLIVEIRA, 2020).

Após a promulgação da Lei da Migração em 2017, o imigrante é tratado como concidadão do mundo com direitos universais garantidos. Para Oliveira (2020), no art. 3 da referida Lei é revelado um cuidado para que os imigrantes não sejam vitimados pela xenofobia, racismo ou qualquer outra forma de discriminação, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento. Foram registrados vários pedidos, desde residência à solicitação de refúgio, e que em tese deveriam ser mais facilitados por meio da nova legislação.

Porém, a plena inserção desses coletivos à sociedade brasileira, no que tange ao atendimento de dimensões como o trabalho formal, moradia, respeito às diferenças e acessos aos serviços públicos, ainda não registrou avanços (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2020). Exemplo disso são as demandas e os conflitos para a Política de Saúde apresentados pela população que se desloca nas fronteiras do Brasil. São sinalizadas diversas limitações de acesso ao SUS daqueles considerados não nacionais ou não residentes no país (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2017).

Quando se trata da educação propriamente dita, a Lei da Migração traz em seu Art. 4º que ao migrante é assegurado o “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017). A crescente migração para o Brasil impactou diretamente no número de matrículas nas escolas, conforme é apresentado pelo gráfico a seguir.

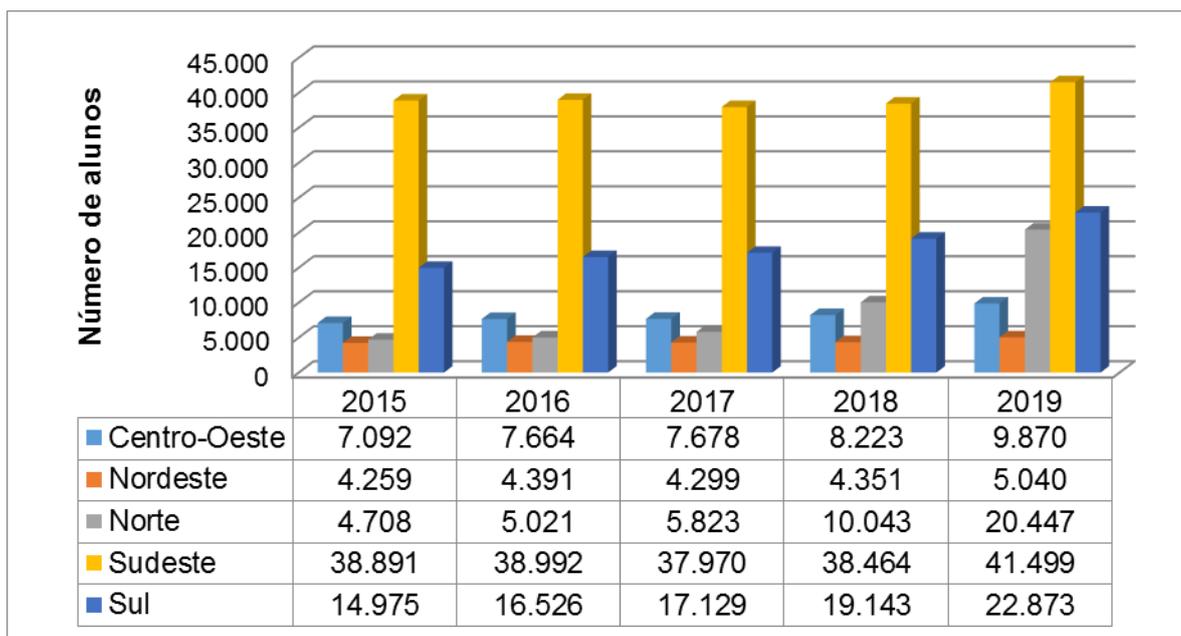
Gráfico 1 – Número de alunos estrangeiros no Brasil – 2007 a 2019



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica – Inep/MEC.

Conforme o Gráfico 1, de 2010 a 2019 houve um aumento de 139% no número de alunos estrangeiros no Brasil. Significativos aumentos são registrados em 2013, 2018 e 2019, com valores percentuais de crescimento iguais a 15%, 10% e 24%, respectivamente, quando comparados aos anos anteriores. Para aprofundar um pouco mais na análise, o gráfico a seguir traz o número de alunos estrangeiros por região do Brasil, com foco nos anos 2015 a 2019, período em que foi registrado maior aumento nos números absolutos desses estudantes e que coincide com o aumento de imigrações de venezuelanos.

Gráfico 2 – Número de alunos estrangeiros por região do Brasil – 2015 a 2019



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica – Inep/MEC.

A partir dos dados do Gráfico 2, nota-se que a região sudeste sempre teve os maiores números de alunos estrangeiros matriculados, porém o número varia pouco no período analisado, registrando no máximo aumento de 3.035 alunos. Já a região norte concentra aumentos sucessivos de 2017 para 2019 chegando a ultrapassar a região centro-oeste que de 2015 a 2017 esteve à frente no número absoluto. Vale acrescentar que o aumento percentual entre 2019 e 2015 para a região norte é de 334%, valor muito superior ao apresentado pelas outras regiões do Brasil.

A partir do que vem sendo apresentado, nota-se uma predominância de vínculos de alunos estrangeiros na região norte nos últimos anos. Esta região possui uma área territorial de 3.870.000 m<sup>2</sup>, correspondendo a 45% de toda extensão territorial do Brasil. Entre 2015 e 2019 registra média de 4.988.959 alunos, que corresponde a uma média de 10,3% dos alunos do país. A região possui ainda 12,3% das escolas com matrículas de escolarização e 64% das escolas indígenas do país.

Com o intuito de verificar o perfil dos alunos estrangeiros matriculados quanto à nacionalidade, o quadro a seguir traz o número de alunos por principais nacionalidades matriculados na região norte do Brasil de 2015 a 2019.

Quadro 2 – Número de alunos estrangeiros matriculados na região norte por país de origem – 2015 a 2019

País de origem	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Outros países</b>	642	623	632	620	644
<b>Bolívia</b>	617	720	729	814	842
<b>Colômbia</b>	343	352	382	381	422
<b>Espanha</b>	237	249	235	249	231
<b>Estados Unidos</b>	481	464	447	421	408
<b>Guiana</b>	111	154	185	236	289
<b>Guiana Francesa</b>	153	140	113	103	119
<b>Haiti</b>	194	294	337	454	520
<b>Japão</b>	323	284	248	248	217

<b>Peru</b>	850	763	729	656	597
<b>Portugal</b>	306	339	312	320	307
<b>Suriname</b>	86	100	90	127	138
<b>Venezuela</b>	365	539	1.384	5.414	15.713

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica – Inep/MEC.

Conforme os dados apresentados no Quadro 2, nos anos de 2015 e 2016 o total de alunos da Venezuela era menor do que o de alunos de países como Bolívia e Estados Unidos, e representavam 8% e 11%, respectivamente, do total de alunos estrangeiros na região norte nestes dois anos. Em 2017, foi registrado aumento de mais de 150% no número de alunos venezuelanos com relação a 2016. Porém nos anos seguintes, o aumento foi ainda mais significativo, tornando a Venezuela o país de origem com maior número de estudantes matriculados na região norte do Brasil. Em termos percentuais, em 2017, 2018 e 2019, os alunos venezuelanos passaram a representar 24%, 54% e 77%, respectivamente, do total de alunos estrangeiros na região. Percebe-se que 2018 teve grande reflexo da imigração de venezuelanos para o Brasil, aumentando 291% com relação ao ano anterior. Porém em 2019, o aumento foi ainda maior em números absolutos: 10.299 alunos venezuelanos a mais.

Retornando ao ponto de inserção de estrangeiros no Brasil em termos de acesso a políticas públicas, é importante notar que o Brasil não conta com nenhuma política pública para o ensino de estrangeiros, sejam programas de adaptação, aulas extras de língua ou currículos bilíngues, como ocorre em outros países que também lidam com uma taxa significativa de estudantes estrangeiros, como a Finlândia, na Noruega e no Canadá (RATIER, 2010).

Segundo Garcia (2017), na Noruega, por exemplo, que recebe constantemente muitos alunos imigrantes que não dominam a língua oficial do país, há uma proposta de ensino que dá atenção especial a esses alunos de modo a atender suas necessidades e que os capacitem para a conclusão do ensino secundário, ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho. Há ainda nestes países uma grande importância do ensino de idiomas estrangeiros, o que facilita a integração entre nacionais e imigrantes.

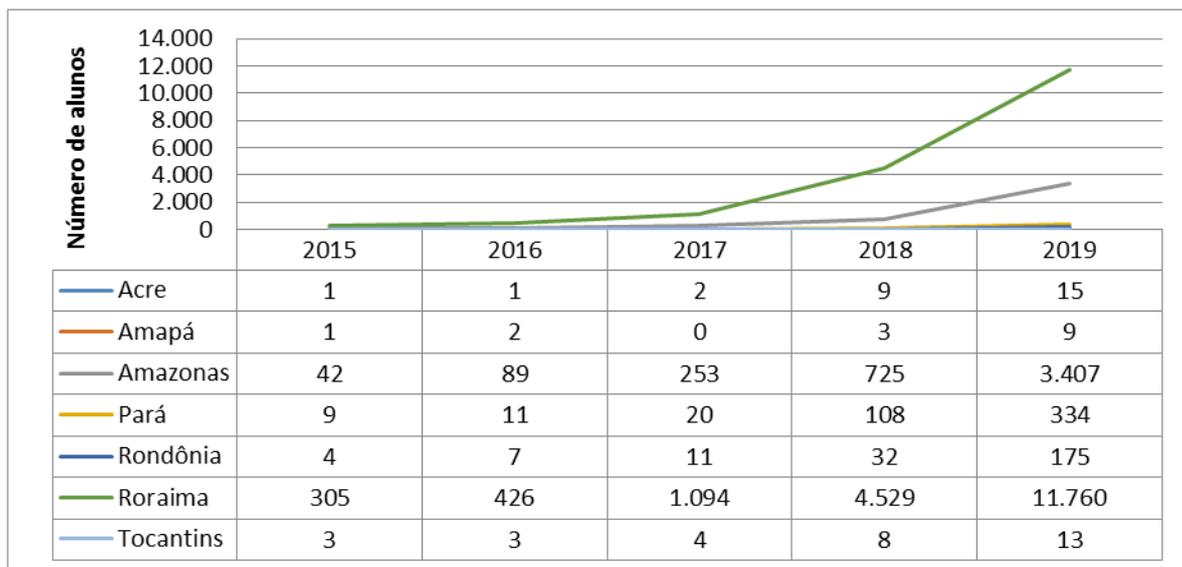
A seguir, serão apresentadas outras estatísticas educacionais sobre os alunos venezuelanos na região norte do Brasil, de modo a conhecer melhor seus perfis, bem como as características das escolas nas quais ingressaram nos últimos anos, evidenciando ainda mais a necessidade de política pública para atendimento desses estudantes.

### **3 ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS DE VENEZUELANOS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL**

Para entender o perfil dos alunos venezuelanos na região do norte do Brasil, podem-se analisar em quais estados estão mais concentrados, rede de ensino em que são mais matriculados, localização das escolas (urbana ou rural), características das escolas (se indígenas e a complexidade de gestão) e etapas de ensino em que estão matriculados. Além disso, podem ser analisados os dados como sexo, cor/raça, deficiência, idade, participação em turmas de atividade complementar ou atendimento educacional especializado (AEE) e o indicador de distorção idade-série.

Para localizar os alunos venezuelanos nos estados da região norte, o gráfico a seguir traz os números de alunos por unidade da federação.

Gráfico 3 – Número de alunos venezuelanos nos estados da região norte do Brasil – 2015 a 2019



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica – Inep/MEC.

A partir dos dados do Gráfico 3, nota-se que o estado com maior número de alunos venezuelanos matriculados é Roraima. Em 2019, 75% dos alunos venezuelanos se matricularam em escolas deste estado. Este fato se deve principalmente a entrada para imigrantes vindos da Venezuela localizada no município de Pacaraima (RR), onde segundo dados do Censo Escolar de 2019, foram matriculados 22% dos alunos venezuelanos. Outros, após entrarem por Pacaraima, seguiram para Boa Vista (RR), capital do estado, onde em 2019 foram matriculados 75% dos estudantes vindos da Venezuela. O segundo maior percentual registrado em 2019 foi o de Amazonas: 22%, sendo que desses, 92% se concentram em Manaus, capital do estado.

Com a chegada de muitos venezuelanos em Roraima, Boa Vista decretou por 180 dias de estado de emergência social, tendo que ampliar o atendimento educacional por meio da transformação de salas de leitura, bibliotecas e salas de professores em salas de aula. A exigência de documentação traduzida para o português também foi um problema e muitas crianças acabaram tendo que frequentar o 1º ano do ensino fundamental para aprendizado do idioma e nivelamento ao final do bimestre (PAIXÃO, 2018). O quadro a seguir traz as informações de matrículas de alunos venezuelanos da região norte nas redes de ensino.

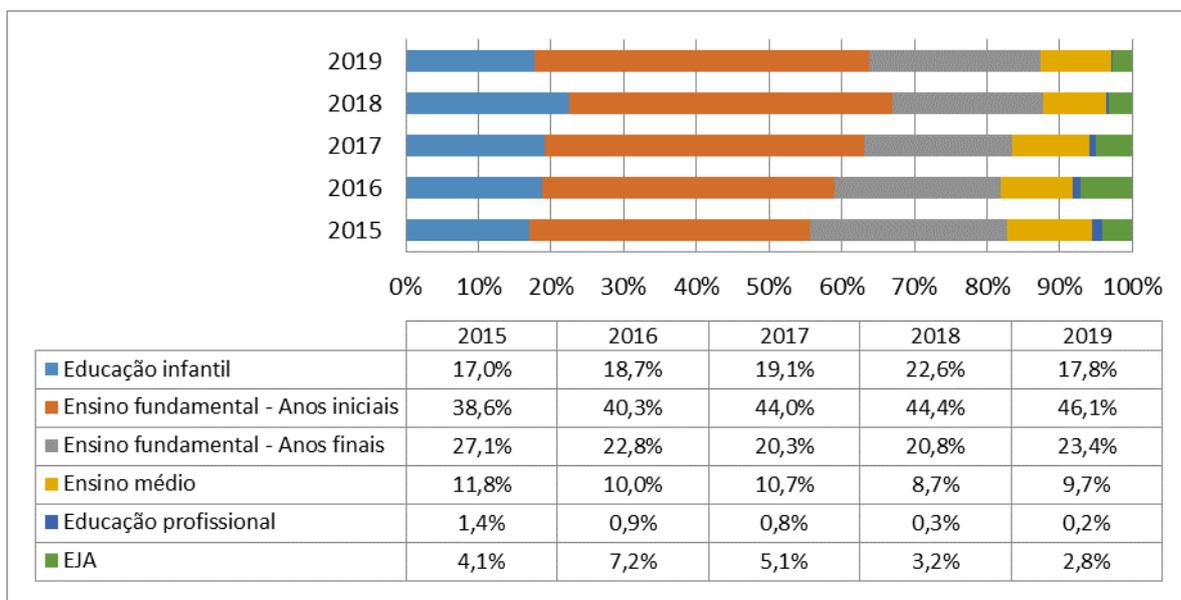
Quadro 4 – Número de alunos venezuelanos por rede de ensino – região norte – 2015 a 2019

Rede de ensino	2015	2016	2017	2018	2019
Estadual	126	182	477	1.705	5.660
Municipal	200	310	832	3.597	9.846
Privada	35	40	68	101	198
Federal	4	7	7	11	13

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica – Inep/MEC.

Conforme o Quadro 4, a maior parte dos estudantes estrangeiros venezuelanos estão matriculados na rede de ensino municipal. Em 2019, por exemplo, 63% desses alunos estavam na referida rede. Este quantitativo se deve ao fato de a maioria estar matriculado no ensino fundamental, já que a maioria das secretarias de educação opta por concentrar vínculos destas etapas nesta rede. O gráfico a seguir apresenta o percentual de matrículas dos alunos estrangeiros para cada etapa de ensino entre 2015 e 2019.

Gráfico 4 – Percentual de matrículas de alunos estrangeiros por etapa de ensino – Região norte – 2015 a 2019



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica – Inep/MEC.

Com base nos dados do Gráfico 4, desde 2016 as matrículas dos alunos venezuelanos estão mais concentradas no ensino fundamental – anos iniciais, sendo que em 2019, 46% dos vínculos foram feitos entre o primeiro e quinto ano. Com base ainda nos dados do Censo Escolar (Inep/MEC), 91% das matrículas nestas etapas foram feitas na rede municipal de ensino, conforme a tendência já mencionada anteriormente. As matrículas nos anos finais do ensino fundamental correspondem entre 20% a 27% dos vínculos no período analisado. Nota-se também que o ensino médio corresponde a uma parcela pequena dos vínculos e menor ainda é a parcela correspondente à educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional.

A região norte do Brasil possui em sua maioria escolas rurais (62%), porém a maior parte dos estudantes venezuelanos que se matricularam em escolas brasileiras em 2019 está registrada em escolas urbanas (92%). Muito disso se deve ao fato de as escolas de Roraima e do município de Boa Vista serem em sua maioria urbanas (90%) e mesmo as de Manaus em Amazonas (91%), municípios onde foi registrado maior número de vínculos de venezuelanos (Inep, 2019). Vale acrescentar que tais alunos estão localizados em apenas 6% das escolas da região norte, aproximadamente, e em 2% das escolas indígenas, confirmando novamente que a imigração ficou mais concentrada em Manaus (AM) e Boa Vista (RR) do que em outros municípios localizados na região.

O indicador de complexidade de gestão escolar classifica as escolas em níveis de 1 a 6 de acordo com sua complexidade de gestão, sendo que os níveis elevados indicam maior complexidade. Considera-se que a complexidade de gestão está relacionada às seguintes características: porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade e complexidade de modalidades/etapas oferecidas (Inep, 2019). A interpretação para cada nível está expressa no Quadro 5.

Quadro 5 – Nível de complexidade de gestão escolar e descrição

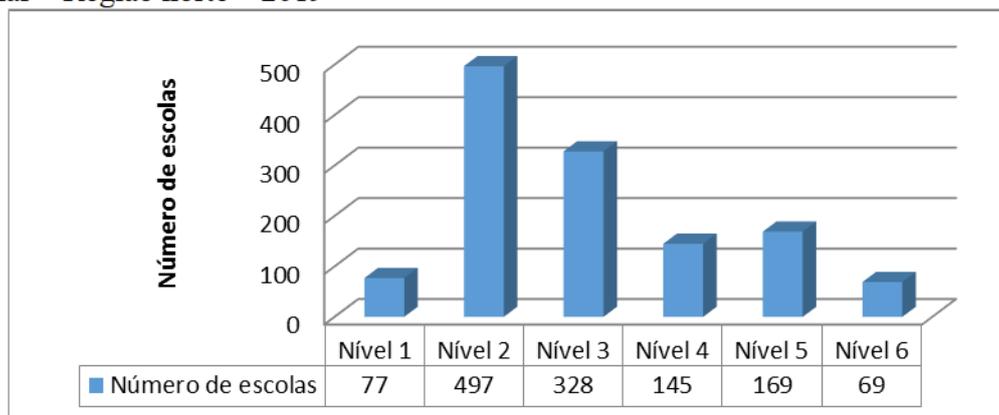
Nível de complexidade	Descrição
Nível 1	Escolas que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.
Nível 2	Escolas que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação

	Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.
<b>Nível 3</b>	Escolas que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada.
<b>Nível 4</b>	Escolas que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA como etapa mais elevada.
<b>Nível 5</b>	Escolas que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.
<b>Nível 6</b>	Escolas que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.

Fonte: Inep/MEC

Com base nestes dados, foi realizado um cruzamento de informações para se entender a complexidade de gestão das escolas em que os alunos venezuelanos foram matriculados em 2019, ano com maior registro de vínculos entre 2015 e 2019. O Gráfico 5 apresenta o número de escolas por nível de complexidade.

Gráfico 5 – Número de escolas com alunos venezuelanos por nível de complexidade de gestão escolar – Região norte – 2019

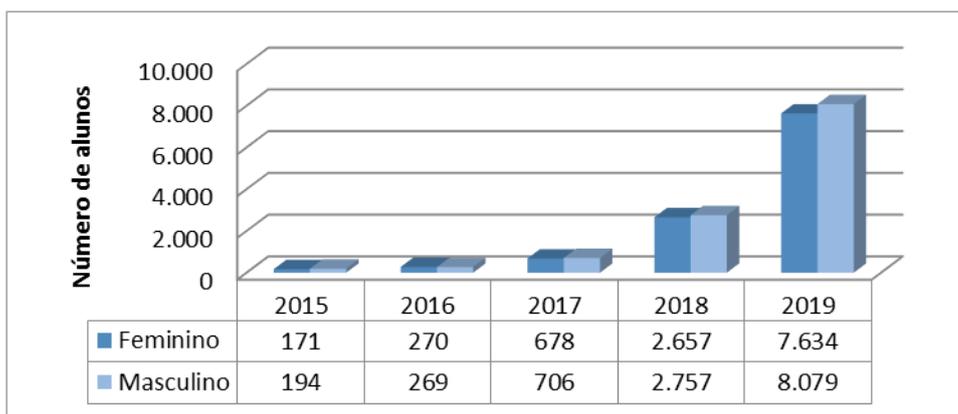


Fonte: Inep/MEC

Conforme o Gráfico 5, a maior parte das escolas com matrículas de alunos venezuelanos em 2019 estão classificadas no nível 2 e no nível 3, com percentuais de 39% e 26%, respectivamente. Este fato indica que os alunos venezuelanos estão, em sua maioria, em escolas com baixo a médio nível de complexidade de gestão, ou seja, instituições que apresentam entre 50 e 500 matrículas, que funcionam em dois turnos, com oferta de duas a três etapas de ensino e predominância de matrículas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

De modo a caracterizar os estudantes venezuelanos de maneira mais aprofundada, buscaram-se informações referentes a sexo, cor/raça e deficiência. O Gráfico 6 apresenta os dados de sexo, entre 2015 e 2019.

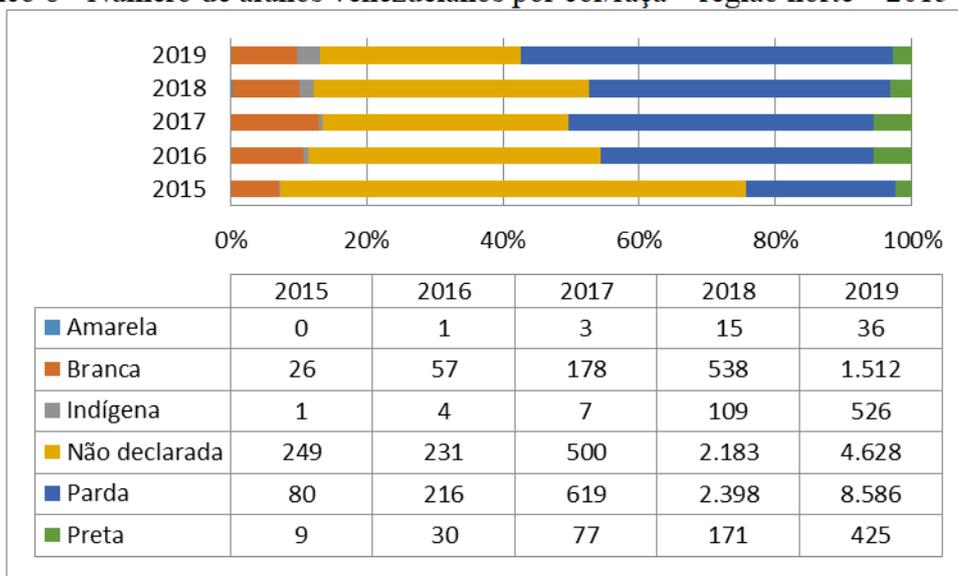
Gráfico 6 – Número de alunos venezuelanos por sexo – região norte – 2015 a 2019



Fonte: Inep/MEC

A partir dos dados do Gráfico 7, percebe-se que o número de alunas venezuelanas matriculadas na região norte do país é quase sempre bem próximo ao número de alunos. Em 2019 foi registrada uma maior diferença, com o número de alunos correspondendo a 51% do total. O Gráfico 8 apresenta o número de alunos segundo a cor/raça.

Gráfico 8 - Número de alunos venezuelanos por cor/raça – região norte – 2015 a 2019



Fonte: Inep/MEC

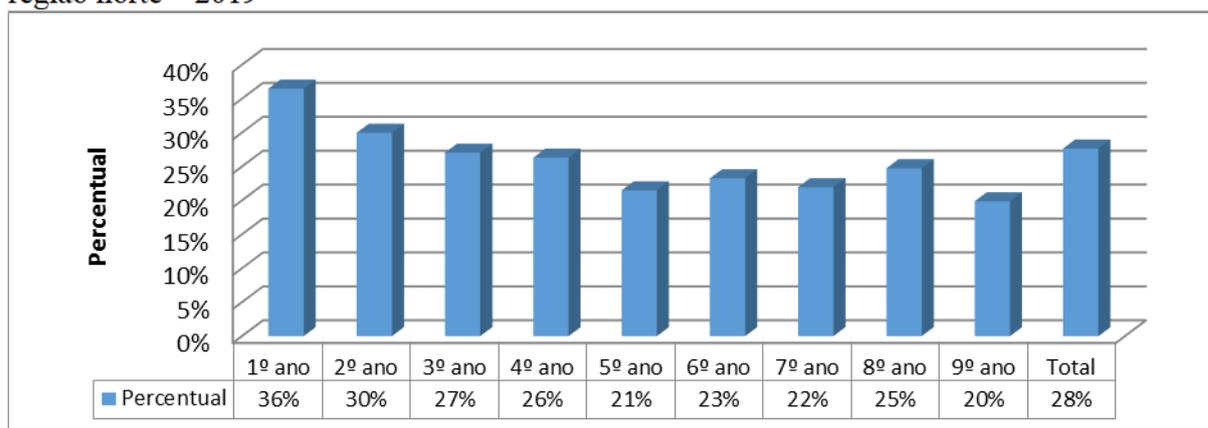
O Gráfico 8 revela um grande número de alunos venezuelanos pardos, principalmente em 2019, com percentual de 55%. O percentual de não declaração também diminuiu bastante entre 2015 e 2019, já que no primeiro ano da análise 68% tinham a informação de cor/raça não declarada e em 2019 este percentual caiu para 29%.

Com relação às informações deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação, segundo os dados do Censo Escolar 2019, 183 alunos venezuelanos tiveram alguma informação declarada, correspondendo a 1% do total de alunos desta nacionalidade. Dos alunos que têm a informação declarada, 43% possuem deficiência intelectual. Outros 27% possuem transtorno do espectro autista. Outra informação relevante é que 62% dos alunos venezuelanos com declaração de deficiência estão matriculados em turma de atendimento educacional especializado (AEE), que é um serviço específico da educação especial que organiza atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade de forma a complementar ou suplementar a escolarização de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação (Inep, 2019).

Outra análise importante realizada com os dados de alunos venezuelanos da região norte diz respeito à idade. Os indicadores de média, moda e mediana são capazes de informar qual a idade mais comum dos alunos desta nacionalidade que se matriculam no Brasil. Em 2019, ano com mais registros de vínculos de venezuelanos na região norte, a média de idade encontrada foi de 11 anos, idade comum para grande parte de alunos que estão no ensino fundamental – anos iniciais. A moda de idade encontrada foi de 7 anos, o que significa que há uma maior frequência de alunos com essa idade. A mediana encontrada foi de 10, indicando um ponto central para a idade dos alunos, novamente colaborando com a informação de que as matrículas estão focadas nos primeiros anos do ensino fundamental.

Segundo Moreira (2013), pela legislação que organiza o ensino no país, um aluno deve ingressar com 6 anos no primeiro ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. Assim, na faixa de 15 a 17 anos este aluno estará no ensino médio. A distorção idade-série é um indicador que é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. Este indicador foi calculado para os alunos venezuelanos matriculados na região norte do país em 2019, de modo a apresentar o percentual de estudantes que estão cursando uma etapa de ensino com idade diferente daquela que é recomendada. O foco da análise foi o ensino fundamental por agrupar a maior dos venezuelanos matriculados. Os dados são apresentados pelo Gráfico 9.

Gráfico 9 – Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental de alunos venezuelanos – região norte – 2019



Fonte: Inep/MEC

O Gráfico 9 revela importantes dados sobre distorção idade-série dos alunos venezuelanos matriculados na região norte em 2019. No primeiro ano do ensino fundamental notou-se alto percentual de alunos com defasagem, ou seja, que cursam a etapa de ensino na etapa não recomendada (36%). As outras etapas de ensino apresentam defasagem sempre superior a 20%, sendo que a distorção idade-série total, considerando todas as etapas do ensino fundamental é de 28%. Este dado mostra uma necessidade de atuação para melhoria deste indicador, de modo que os alunos venezuelanos com defasagem possam cursar as etapas de ensino na etapa recomendada, mesmo que frequentando aulas de língua portuguesa em períodos diferentes da escolarização.

Segundo a Revista Aprendizagem em Foco, na edição nº 38 de 2018, grande parte dos estrangeiros que chega ao país não conhece o idioma português, tendo de frequentar as aulas sem conseguir se comunicar com os professores e colegas, o que consequentemente torna o entendimento dos conteúdos ainda mais difícil. Assim, o grande desafio para as escolas é integrar estes alunos tendo em vista a diversidade de origem desses estudantes, não só na questão do idioma, como também cultural e social.

Os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação no geral buscam garantir o direito de matrícula de crianças e jovens estrangeiros mesmo que não tenham a documentação

adequada exigida no processo. Há também documentos que buscam padronizar e regulamentar o atendimento a esses estudantes, porém as instruções tendem a ser meramente para questões normativas, não trazendo orientações de caráter pedagógico ou relacionado ao acolhimento (Revista Aprendizagem em Foco, 2018).

O Censo Escolar, além de coletar dados de turmas de escolarização, coleta também informações de turmas de atividade complementar e seus respectivos vínculos. Este tipo de turma visa à complementação da escolarização e do currículo obrigatório (Inep, 2019). É oferecida em horário distinto da escolarização e, muitas vezes, está em programas e políticas de educação integral. Os tipos de atividades são bastante variados, que vão desde canto coral a reforço de língua portuguesa. Além de estas atividades complementarem os estudos, é notório que tais também colaboram com a integração entre alunos.

Com base nos dados do Censo Escolar 2019, 176 alunos venezuelanos estão vinculados em turmas de atividade complementar, o que representa apenas 1% dos alunos dessa nacionalidade matriculados no norte do Brasil. Uma política pública focada na integração seria também voltada para inserção destes alunos em turmas de atividade complementar, principalmente naquelas que promovem as relações entre alunos, ensino de cultura e língua portuguesa como segunda língua.

### **3 CONCLUSÃO**

Em suma, a migração, como fenômeno global que tem se acentuado nas últimas décadas no Brasil e no mundo, deve ser tratada na legislação dos países e a inclusão é bastante importante para garantir direitos a qualquer imigrante. Recentemente, com a situação política, social e econômica da Venezuela se agravando, muitos venezuelanos migraram para o Brasil. Este movimento refletiu diretamente nas escolas, aumentando o número de matrículas em diversas etapas de ensino e se concentrando basicamente na região norte do país, principalmente nos estados de Roraima e Amazonas.

O Brasil parece ainda pouco atento aos movimentos migratórios crescentes no país, desatenção notada na saúde, na educação e em outras áreas sociais devido à ausência de políticas e de mecanismos efetivos de acolhimento e integração de imigrantes no território brasileiro. Até 2017 havia no Brasil um Estatuto do Estrangeiro com uma visão mais nacionalista, que tratava aqueles que migravam para o país como estranho, impondo barreiras legais e restringindo suas liberdades. Após a promulgação da Lei do Imigrante, novas diretrizes foram adotadas. Muitas escolas, por exemplo, receberam cartilhas de orientações de tratamento ao aluno estrangeiro. Muitas das instruções, porém, são meramente normativas, não tratando, por exemplo, da matrícula desses alunos em classes de ensino de idioma, como é feito em países como a Noruega.

Dado o objetivo de construir um panorama dos principais indicadores educacionais dos alunos venezuelanos que residem na região norte do Brasil, dados importantes foram coletados para apresentar a importância de uma política educacional no Brasil para receber estudantes estrangeiros.

A região norte, registrou aumentos sucessivos no número de alunos estrangeiros de 2017 para 2019. O crescimento percentual na região de 2015 a 2019 foi de 334%, valor muito superior ao apresentado pelas outras regiões do Brasil. Na situação específica de estudantes venezuelanos, notou-se que em 2019, os alunos venezuelanos passaram a representar 77% do total de alunos estrangeiros na região norte do Brasil.

Percebeu-se que 2018 teve grande reflexo da imigração de venezuelanos para o Brasil, aumentando 291% com relação ao ano anterior. Porém em 2019, o aumento foi ainda maior em números absolutos: 10.299 alunos venezuelanos a mais. Muitas escolas tiveram

dificuldades para matricular esses alunos visto que não havia recursos suficientes, além de muitos estrangeiros chegarem sem uma documentação para registro nas fichas de matrículas.

Muitos dos alunos venezuelanos se matricularam no ensino fundamental, concentrando os vínculos na rede municipal de educação. A média de idade encontrada desses alunos foi 10 anos, com uma maioria tendo 7 anos de idade. A mediana desse indicador ficou em 10, relatando assim que muitos estudantes venezuelanos que chegam ao Brasil são ainda bem jovens e com idade adequada para cursar o quinto ano do ensino fundamental. Porém notou-se que o maior número de matrícula no ensino fundamental está concentrando no primeiro ano. Um percentual de 27% representa a quantidade de alunos venezuelanos com distorção idade-série no ensino fundamental, sendo que ao considerar apenas os alunos do primeiro ano, 36% deles se encontraram com distorção.

Os vários indicadores apresentados no artigo mostraram uma necessidade urgente de definir políticas para educação de alunos estrangeiros no país, principalmente na região norte e em Roraima, onde foi registrado o maior número de ingressos de venezuelanos. Grande parte dos estrangeiros que chega ao país não conhece o idioma português, tendo de frequentar as aulas sem conseguir se comunicar com os professores e colegas, o que conseqüentemente torna o entendimento dos conteúdos ainda mais difícil. Assim, o grande desafio para as escolas é integrar estes alunos tendo em vista a diversidade de origem desses estudantes, não só na questão do idioma, como também cultural e social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acessado em: 01 jan. 2021.
- BRASIL. Lei de Migração nº 13.145, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#:~:text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.,pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20o%20emigrante.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#:~:text=Institui%20a%20Lei%20de%20Migra%C3%A7%C3%A3o.&text=Art.,pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20o%20emigrante.>)> Acessado em: 01 jan. 2021.
- BRASIL. Lei nº 6,815, 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm)>. Acessado em: 14 mar. 2021.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acessado em: 01 jan. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 6.320, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6320.htm#:~:text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,vista%20o%20disposto%20no%20art.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6320.htm#:~:text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,vista%20o%20disposto%20no%20art.>)> Acessado em: 01 jan. 2021.
- BRASIL, Inep, 2019. Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/orientacoes/matricula-inicial>>. Acessado em: 14 mar. 2021.
- BRASIL, Inep, 2019. Complexidade de gestão da escola. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/complexidade-de-gestao-da-escola>>. Acessado em: 14 mar. 2021.
- BRASIL. Lei das Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acessado em: 01 jan. 2021.
- GARCIA, Ana. Jusbrasil, 2017. Educação e políticas públicas na Noruega. Disponível em: <<https://anagarcia2410.jusbrasil.com.br/artigos/401711099/educacao-e-politicas-publicas-na-noruega>> Acessado em: 14 mar. 2021.

MOREIRA, Camila. Jusbrasil, 2013. Distorção idade-série na educação básica. Disponível em: <<https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821615/distorcao-idade-serie-na-educacao-basica#:~:text=Pela%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20que%20organiza%20a,estar%20matriculado%20no%20ensino%20m%C3%A9dio.>>. Acessado em: 14 mar. 2021.

NETO, Cláudio. Nova Escola - Gestão, 2018. Como integrar alunos brasileiros e estrangeiros. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2103/como-integrar-alunos-brasileiros-e-estrangeiros/>> Acessado em: 09 fev. 2021.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2020. Relatório anual. Resumo executivo. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20\\_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf)> Acessado em: 01 mar. 2021.

OLIVEIRA, Antônio, 2019. A migração venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/24297/21616>> Acessado em: 09 fev. 2021.

OLIVEIRA, Dalila, 2020. O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Dalila\\_Oliveira2/publication/338301078\\_O\\_imigrante\\_na\\_politica\\_educacional\\_brasileira\\_um\\_sujeito\\_ausente/links/5ea84e9f45851592d6a59e17/O-imigrante-na-politica-educacional-brasileira-um-sujeito-ausente.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Dalila_Oliveira2/publication/338301078_O_imigrante_na_politica_educacional_brasileira_um_sujeito_ausente/links/5ea84e9f45851592d6a59e17/O-imigrante-na-politica-educacional-brasileira-um-sujeito-ausente.pdf)> Acessado em: 09 fev. 2021.

OLIVEIRA, Tadeu, CAVALCANTI, Leonardo e COSTA, Luiz Fernando, 2020. O acesso dos imigrantes ao ensino regular. PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações. Volume 4 - Número 2, pp. 200-234. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/34881/28595](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/34881/28595)> Acessado em: 01 mar. 2021.

PAIXÃO, Evilene, 2018. Em busca de um lar. Os desafios dos refugiados venezuelanos na procura por casa e escola em Roraima. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/11647/em-busca-de-um-lar#>>. Acessado em 14 mar. 2021.

PRESSE, France, 2018. ONU diz que quase dois milhões de pessoas deixaram a Venezuela desde 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/10/01/onu-diz-que-quase-2-milhoes-de-pessoas-deixaram-a-venezuela-desde-2015.ghtml>> Acessado em: 11 mar. 2021.

RATIER, Rodrigo. Nova Escola, 2010. O desafio das escolas brasileiras com alunos imigrantes. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1534/o-desafio-das-escolas-brasileiras-com-alunos-imigrantes>> Acessado em: 09 fev. 2021.

TEIXERA, Flavia, OLIVEIRA, Tadeu, 2017. (Des)Informações em saúde: registros sobre adoecimento/cuidado/ morte de migrantes no Brasil. In Carmem Lussi (Org.) Migrações internacionais. Abordagens de direitos humanos. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p 251-266.

UNIBANCO, Instituto, Aprendizagem em Foco, 2018. O papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/>> Acessado em: 09 fev. 2021.